

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 4.589.851 mil, Patrimônio Líquido de

R\$ 52.431.353 mil, Ativos Totais de R\$ 57.565.743 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 2.281.689 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante.....		3.156.101	4.274.468	Circulante.....		1.943.788	2.654.969
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	391.564	1.273.976	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	16a	1.852.354	2.638.102
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7	925.315	1.309.520	Impostos e Contribuições a Recolher	17h	75.036	473
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber	16a	1.838.829	1.690.579	Outros Passivos		16.398	16.394
Outros Ativos.....		393	393	Não Circulante		3.190.602	3.253.213
Não Circulante		54.409.642	52.819.949	Passivos Fiscais Diferidos	17e	401.736	467.340
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7	1.304.571	1.165.002	Provisões Contingentes	9b	2.788.866	2.785.873
Depósitos Judiciais	9b	2.761.064	2.572.236	Patrimônio Líquido		52.431.353	51.186.235
Ativos Fiscais Diferidos.....	17c	979.383	951.295	Capital Social.....	10a	27.500.000	27.500.000
Tributos a Compensar ou a Recuperar	17g	951.611	1.153.939	Reservas de Lucros	10d	24.904.828	22.596.666
Investimentos	8	48.413.013	46.977.477	Outros Resultados Abrangentes		26.525	1.089.569
Total do Ativo		57.565.743	57.094.417	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		57.565.743	57.094.417

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2024	2023
Receitas Operacionais.....		4.705.123	4.148.329
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	4.612.764	3.968.544
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	11	90.799	108.049
Outras Receitas Operacionais	14	1.560	71.736
Despesas Operacionais.....		(272.351)	(309.811)
Despesas Gerais e Administrativas	13	(691)	(4.213)
Despesas Tributárias	12	(271.660)	(305.598)
Resultado Financeiro.....	15	277.902	621.327
Receitas Financeiras		467.324	839.210
Despesas Financeiras.....		(189.422)	(217.883)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		4.710.674	4.459.845
Imposto de Renda e Contribuição Social	17a	(120.823)	117.533
Lucro Líquido do Exercício		4.589.851	4.577.378
Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$.....	10b	0,59	0,58

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.710.674	4.459.845
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.612.764)	(3.968.544)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	(208.418)	(248.573)
Lucro Líquido Ajustado	(110.507)	242.728
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações.....	320.264	366.492
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(102.693)	(162.705)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	107.064	446.515
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	1.856.998	2.032.932
Aumento de Capital em Coligadas/Controladas em Espécie	-	(395.093)
Aumento/(Redução) em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	-	2.181.250
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....	1.856.998	3.819.089
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	(2.846.474)	(4.664.438)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos.....	(2.846.474)	(4.664.438)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(882.412)	(398.834)
Início do Exercício	1.273.976	1.672.810
Fim do Exercício	391.564	1.273.976
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(882.412)	(398.834)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Sociedade") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 27 de março de 2025.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.4) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em espera para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

• Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços; e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que não atuamente exercevise ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.7) Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Sociedade sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2024 e de 2023, não houve perda por *impairment*.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	25.500.000	2.612.857	23.424.456	432.930	(278.336)	51.691.907
Aumento de Capital	2.000.000	-	(2.000.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	4.577.378	4.577.378
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	656.639	-	656.639
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	5.234.017
Destinações: - Reservas	-	214.952	544.401	-	(759.353)	-
- Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(2.200.000)	-	(3.539.689)	(5.739.689)
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	27.500.000	2.827.809	19.768.857	1.089.569	-	51.186.235
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	4.589.851	4.589.851
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.063.044)	-	(1.063.044)
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	3.526.807
Destinações: - Reservas	-	229.493	2.078.669	-	(2.308.162)	-
- Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(2.281.689)	(2.281.689)
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	27.500.000	3.057.302	21.847.526	26.525	-	52.431.353

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	2024	2023
Lucro Líquido.....	4.589.851	4.577.378
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(1.063.044)	656.639
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas.....	(811.070)	769.706
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros	(381.779)	(171.314)
Efeito dos Impostos.....	129.805	58.247
Resultado Abrangente do Exercício	3.526.807	5.234.017

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.10) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria. Não há fatores de diluição do lucro.

b) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de renda e contribuição social

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outras, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como os valores dos ativos fiscais diferidos não ativados, estão apresentados na Nota 17.

2.13) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.14) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

2.15) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024:

- Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Apresentação das Demonstrações Financeiras (correlacionado ao CPC 26) - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não correntes com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) e da Bradespar S.A. (“Bradespar”), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco (“Organização”), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:
Em 31 de dezembro

Em 31 de dezembro										
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (3)	
				ON	PN		2024	2023	2024	2023
Bradesco (1)	87.100.000	168.409.653	17.252.900	2.430.313	1.292	22,85	38.609.492	37.971.742	3.827.235	3.138.404
NCF Participações S.A. ("NCF")	11.335.195	21.005.430	1.567.137	1.430.717	-	39,51	8.299.099	7.610.509	290.578	561.302
Bradespar (2) (5)	4.600.125	8.483.367	1.192.208	50.695	340	12,98	1.101.380	1.017.077	469.820	237.230
Titanium Holdings S.A. ("Titanium")	410.320	772.574	53.472	52.014	-	47,00	363.101	338.208	25.131	31.608
Ágio - Titanium (4)	-	-	-	-	-	-	35.525	35.525	-	-
Ágio - Bradesco (4)	-	-	-	-	-	-	4.416	4.416	-	-
Total							48.413.013	46.977.477	4.612.764	3.968.544

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2024;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado das investidas no valor de R\$ 2.657.358 (2023 - R\$ 2.940.507), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e

(5) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Sociedade (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental), não tendo indícios de *impairment* para os períodos apresentados.

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Sociedade é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. Os valores dos tributos relacionados aos passivos contingentes são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrados na rubrica “Depósitos Judiciais”, no montante de R\$ 2.761.064 (2023 - R\$ 2.572.236). A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

A Sociedade não possua contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deversem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Provisões contingentes

Em 31 de dezembro			
	2024	2023	
No início do exercício	2.785.873	2.262.458	
Atualização monetária	189.416	217.821	
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	(186.423)	305.594	
No final do exercício	2.788.866	2.785.873	

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 32.536 (2023 - R\$ 34.141) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- Cobranças atreladas ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensações de débitos com créditos de IRPJ/CSLL, PIS/Cofins, bem como créditos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, gerados em exercícios anteriores, cujo valor em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 26.661 (2023 - R\$ 27.041).

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 27.500.000 (2023 - R\$ 27.500.000) é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro (em quantidade)			
	2024	2023	
Ordinárias	7.841.959.524	7.841.959.524	
Total	7.841.959.524	7.841.959.524	

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro			
	2024	2023	
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	4.589.851	4.577.378	
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	7.841.960	7.841.960	
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	0,59	0,58	

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro			
	2024	2023	
- Reserva legal (i)	3.057.302	2.827.809	
- Reserva estatutária (ii)	21.847.526	19.768.857	
Total	24.904.828	22.596.666	

- (i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e
- (ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro								
	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativos								
Caixa/disponibilidades	-	-	288.852	1.215.489	-	-	288.852	1.215.489
Aplicações financeiras	-	-	1.304.571	1.165.002	-	-	1.304.571	1.165.002
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	-	1.831.085	1.690.579	-	-	1.838.829	1.690.579
Passivos								
Juros sobre capital próprio a pagar	1.562.434	2.225.201	-	-	289.920	412.901	1.852.354	2.638.102
Exercício findo em 31 de dezembro								
	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(2.030.000)	(2.951.030)	2.657.358	2.940.507	(251.689)	(588.659)	375.669	(599.182)
Receitas de aplicação	-	-	198.646	352.630	-	-	198.646	352.630

- (1) Nova Cidade de Deus Participações S.A. (“Nova Cidade de Deus”) e Fundação Bradesco (“Fundação”); e
- (2) Bradesco, Bradespar, NCF e Titanium.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2024, foi determinado o valor máximo de R\$ 101 para Remuneração dos Administradores.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

Exercício findo em 31 de dezembro			
	2024	2023	
Remuneração	84	757	
Total	84	757	

Benefícios pós-emprego

Exercício findo em 31 de dezembro			
	2024	2023	
Planos de previdência complementar de contribuição definida	-	2.220	
Total	-	2.220	

A Sociedade não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercício findo em 31 de dezembro				
	2024	2023		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.710.674	4.459.845		
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.601.629)	(1.516.347)		
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	1.568.340	1.349.305		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	40.170	56.463		
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(903.502)	(999.772)		
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	775.774	1.203.494		
Outros valores	24	24		
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(120.823)	117.533		

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Exercício findo em 31 de dezembro				
	2024	2023		
Impostos correntes:				
Imposto de renda e contribuição social devidos	(84.711)	-		
Impostos diferidos:				
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	202	40.752		
Constituição no exercício sobre:				
Base negativa de contribuição social	(9.613)	20.324		
Prejuízo fiscal	(26.701)	56.457		
Total dos impostos diferidos	(36.112)	117.533		
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(120.823)	117.533		

c) Origem dos ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro				
	2023	Constituição	Realização	2024
Provisões para contingência fiscal	869.136	64.401	-	933.537
Outros	5.378	22	(21)	5.379
Total dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias	874.514	64.423	(21)	938.916
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	76.781	-	(36.314)	40.467
Total dos ativos fiscais diferidos	951.295	64.423	(36.335)	979.383
Passivos fiscais diferidos (Nota 17e)	467.340	64.201	(129.805)	401.736
Ativos fiscais líquidos dos passivos fiscais diferidos	483.955	222	93.470	577.647

mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro			
	2024	2023	
Fundos de investimentos (1)	102.712	58.487	
Certificados de depósitos bancários (1)	288.852	1.215.489	
Total de caixa e equivalentes de caixa	391.564	1.273.976	

- (1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2.3., os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a (i) 16.962.687 ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale), recebidas pela redução de capital da investida Bradespar, classificadas como Nível 1 cujo valor justo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 925.315 (2023 - R\$ 1.309.520), sendo o custo atualizado de R\$ 682.896 (2023 - R\$ 682.896), e o ajuste a valor justo de R\$ 242.419 (2023 - R\$ 626.624); e (ii) aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., com vencimento em junho de 2026, classificado como Nível 3, ao valor justo de R\$ 1.304.571 (2023 - R\$ 1.165.002), sendo o valor de custo atualizado R\$ 1.297.761 (2023 - R\$ 1.160.616), e uma marcação ao valor justo de R\$ 6.810 (2023 - R\$ 4.386).

Em 31 de dezembro									
Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %		Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (3)			
PN	PN			2024	2023	2024	2023		
2.430.313	1.292	22,85	38.609.492	37.971.742	3.827.235	3.138.404			
1.430.717	-	39,51	8.299.099	7.610.509	290.578	561.302			
50.695	340	12,98	1.101.380	1.017.077	469.820	237.230			
52.014	-	47,00	363.101	338.208	25.131	31.608			
-	-	-	35.525	35.525	-	-			
-	-	-	4.416	4.416	-	-			
			48.413.013	46.977.477	4.612.764	3.968.544			
Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;									
R\$657.358 (2023 - R\$ 2.940.507), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;									
A Companhia (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento sobre os resultados do negócio (risco de mercado), riscos operacionais (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco de recursos naturais).									

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2024;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado das investidas no valor de R\$ 2.657.358 (2023 - R\$ 2.940.507), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e

(5) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Sociedade (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental), não tendo indícios de *impairment* para os períodos apresentados.

...continuação

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior

Rogério Pedro Câmara
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Moacir Nachbar Junior

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretor Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Diretores

Denise Aguiar Alvarez
Rubens Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas

Vinícius Panaro
Contador - CRC 1SP324844/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2025

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/28/CIDADEDEUS1581619628032028.pdf>

Hash: 1743115440b65d711ab0c1497491bba447e763e069